

REDE PARCERIAS E MIGRAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRATÓRIAS NO MATO GROSSO DO SUL

Partnership and Migration Network: A Construction of Public and Migratory Policies in Mato Grosso do Sul

Rosane Costa Rosa*
Ana Paula Martins Amaral**

Resumo: O artigo baseia-se em revisão bibliográfica e documental e tem como escopo abordar a trajetória da construção políticas migratórias e políticas públicas no Brasil e a formação da Rede Parcerias Migração no Estado de Mato Grosso do Sul. São apresentadas as ações visando a construção de políticas públicas e migratórias desenvolvidas a partir de 2019 com a união de entidades governamentais e da sociedade civil, e contou com a atuação da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande- MS, as ações de redes locais ocorreram especialmente em Campo Grande, mas com ações em outros municípios relativa a política migratória.

Palavras-chave: Rede parcerias e migração, políticas públicas, políticas migratórias, Mato Grosso do Sul.

Abstract: This article, based on a bibliographical and documental review, aims to approach the trajectory of the construction of migratory policies and public policies in Brazil and the formation of the Migratory Partnerships Network in the State of Mato Grosso do Sul. Actions aimed at building public and migratory policies developed from

Introdução

O mundo das migrações é marcado por transformações permanentes, cujos reflexos de mudanças ocorrem na sociedade e impactam nas vidas das pessoas.

Essa realidade de transformação provoca uma nova leitura e metodologia de trabalho, que propicia novas relações entre estudos, práxis e pesquisa, demonstrando a importância do estudo do fenômeno migratório. Ao analisar diversos aspectos tem-se o conhecimento da realidade dos migrantes e refugiados, da integração das diversas culturas e crenças que favorecem a construção de políticas públicas e políticas migratórias e oportunizam a defesa e efetivação dos direitos humanos.

* Irmã Missionária Scalabriniana. Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); graduada em Políticas Sociais pelo Instituto Cuiabano de Educação (ICE); e Pós-Graduada em Logoterapia e Análise Existencial pelo Studium Eclesiástico Dom Aquino Corrêa (Instituto de Filosofia e Teologia - SEDAC). Atuou de 2004 a 2006 e, desde 2015 até o presente momento, na coordenação da Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese de Campo Grande - MS. E-mail: rosanecostarosa@hotmail.com.

** Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FADIR/UFMS), professora permanente do Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora, líder do grupo de pesquisa: Direito Internacional, Direitos Humanos e Relações Transfronteiriças. E-mail: anapaulamartinsa@yahoo.com.br.

2019 onwards are presented with the union of government entities and civil society, with the participation of the Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande-MS, the actions of the local networks took place especially in Campo Grande. Large, but with actions in other municipalities related to migration policy.

Keywords: Partnerships and migration network, public policies, migration policies, Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Sul percebe-se por meio da análise dos fluxos migratórios e trocas de experiências, que além do fator trabalho e contribuição econômica para o crescimento do Estado que os migrantes, imigrantes e refugiados nos oferecem, temos também a aquisição de novos comportamentos em relação a gastronomia, ética, religião, músicas, cultura e tantos outros valores.

Ao mesmo tempo vivencia-se os desafios que os fluxos migratórios apresentam como a falta de uma estrutura necessária para o acolhimento, a deficiente organização para o acompanhamento e proteção de migrantes e refugiados. Ocorrem situações como a chegada de um número elevado de pessoas em situações de vulnerabilidade, famílias, mulheres gestantes, crianças e idosos, que se expõem a riscos como viver em situação de rua, realizar trabalhos informais e mal remunerados, aceitar propostas de trabalho em outros municípios sem garantias, expostos a serem vítimas de exploração de trabalho, tráfico de órgãos ou contrabando de pessoas e trabalho em condições análogas à escravidão.

A complexa situação social, econômica, humanitária e política faz com que se busque soluções imediatas, intermediárias ou de melhoramento, que permitiram criar redes e parcerias.

Para buscar superar as dificuldades dos migrantes faz-se necessário a inserção no mercado de trabalho com melhores condições, permitindo a auto

sustentabilidade financeira das famílias, vinculação nas redes de serviços públicos de saúde, educação principalmente aprender a língua portuguesa e assistência social, estabelecendo vínculos nas comunidades locais, sociedade civil e outros.

As ações da Redes de Parcerias e Migração desenvolvido no Estado de Mato Grosso do Sul como será a seguir apresentado no presente artigo tem como base relatórios e atividades vivenciadas pelas autoras do presente artigo e em especial à partir da perspectiva das ações desenvolvidas com a participação da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande.

O papel das Redes de Parceria e Migração encontra-se vinculado ao acompanhamento do fenômeno migratório, atendimento com desenvolvimento de políticas públicas aos migrantes e refugiados, a mobilidade do trabalho, a cooperação entre os municípios, uma coparticipação entre a prefeitura, as associações e comunidades dos migrantes e refugiados, a oferta de cursos de língua portuguesa, atendimento multilíngue nos serviços públicos, abrigo em casas de acolhidas e uma melhor gestão migratória no estado, além da garantia dos direitos humanos das pessoas em mobilidade.

As redes também oportunizam e conectam os migrantes e refugiados, por sua vez, estimulando o associativismo solidário e o fortalecimento das comunidades imigrantes, como também procuram atuar frente às situações de criminalidade como os interesses dos atravessadores, tráfico de pessoas, contrabandos de migrantes e exploração de trabalhadores.

Com o esforço de fortalecer a mobilização em rede e as experiências de trabalho articulado, busca-se a cooperação mútua entre as entidades, que favorece a capacitação de agentes, profissionais, voluntários, migrantes e refugiados. Mesmo com diferentes formas de gestão, atuação e especificidade, a ações podem ser realizadas em cooperação com as demais entidades, concretizando a defesa dos direitos humanos, qual se constitui um novo paradigma, a migração focando o olhar, especialmente na subjetividade dos processos migratórios.

A rede de parcerias na migração, recolhem as demandas resultados dos fluxos migratórios e proporcionam a acolhida, o acompanhamento, a proteção e a integração, em relação a sociedade civil, as Igrejas, órgãos públicos, e as entidades afins que atuam com as migrantes e refugiados.

Breve trajetória da construção políticas migratórias e políticas públicas no Brasil

Em 1951 a Organização das Nações Unidas promulgou a Convenção Internacional sobre Refugiados, a qual o Brasil como estado membro ratificou em 1952

passando a receber refugiados pós segunda guerra mundial¹. Em 1997 houve a criação do CONARE - Comitê Nacional para os refugiados, que é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Suas competências e composição estão definidos no art. 12 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997².

No âmbito da política migratória o Brasil promulgou a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que definiu a situação jurídica do estrangeiro que criou o Conselho Nacional de Imigração. O Estatuto do estrangeiro foi revogado pela Lei de Migração Lei nº 13.445 de 2017.

Em 2014 foi realizada a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) cujo objetivo foi reunir migrantes, profissionais envolvidos na temática migratória, estudiosos, servidores públicos, representações diversas que vivenciam a realidade da migração e do refúgio, para uma reflexão coletiva e elaboração de aportes para a construção da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio, e debates sobre política migratória no país (COMIGRAR, 2015).

Durante o processo de implementação da primeira COMIGRAR foram realizados eventos participativos de mobilização dos atores locais que trabalham e convivem com diferentes contextos da temática migratória.

Houve conferências preparatórias: presenciais conferências estaduais (convocadas pelo poder público estadual), conferências municipais (convocadas pelo poder público municipal), conferências livres (convocadas pela sociedade civil), dando início aos debates sobre política migratória no Brasil (COMIGRAR, 2015).

A Comigrar foi uma iniciativa governamental inovadora na abordagem da questão migratória no Brasil, com mobilização nacional e internacional dos diversos atores interessados no tema e na discussão dos conceitos centrais da política migratória, que se realizou a 1ª COMIGRAR em 2014, dia 30 de maio e 1º de junho em São Paulo. A COMIGRAR foi coordenada pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Estrangeiros-DEEST, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações-OIM e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Tais eventos

¹ ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global define quem vem a ser um refugiado e esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem.

² BRASIL, <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>. Acesso em: 11 out. 2021.

foram participativos e deram oportunidades para promover a reflexão e o fortalecimento institucional de parceiros governamentais e não governamentais, além do engajamento de migrantes, refugiados, e representantes da sociedade no diálogo em torno dos temas relacionados com migrações e refúgio (COMIGRAR, 2015).

“Em 31 de março de 2014, realizou-se a COMIGRAR, a primeira Conferência Livre de Corumbá sobre Migrações e Refúgio: Integração pela Fronteira. O evento aconteceu no auditório da unidade da III do Campus do Pantanal (COMIGRAR, 2014). No evento teve a presença de refugiados, migrantes, estudiosos, servidores públicos e profissionais envolvidos na temática migratória. A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, ajudou na organização da Conferência. Representado pelo prefeito Paulo Duarte, a vice-prefeita, Márcia Rolon, que também responde pela Fundação de Cultura de Corumbá, lembrou que ainda é preciso fazer um longo caminho nas questões relacionadas ao migrante. “O que fazemos, hoje, ainda é muito pouco por isso agradeço ao trabalho da Diocese. Nós não podemos nos manter imóveis e de olhos fechados, então o momento agora é de discutir, pautar propostas para serem defendidas em âmbito nacional. A solução tem que ser endógena, tem que partir daqui as ideias”, disse. “Precisamos de políticas públicas e que com elas consigamos mensurar, observar, pesquisar e solucionar”, afirmou ao destacar que “a Prefeitura se coloca aberta para, junto com a mobilização da sociedade, construir esse novo momento para a temática migratória”.

As discussões desse evento foram divididas em cinco eixos temáticos: 1. Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos; 2. Inserção social, econômica e produtiva; 3. Cidadania cultural e reconhecimento da diversidade; 4. Abordagem das violações de direitos e meios de prevenção e proteção; 5. Participação social e cidadã, transparência e dados” (COMIGRAR, 2014).

De acordo com Marco Aurélio Machado de Oliveira, coordenador do Mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS), as questões de cunho econômico e político ainda são as que mais promovem o fluxo migratório no mundo.

A fronteira está se inserindo numa discussão sobre migração e que diferentemente de outros assuntos que são pautados de forma equivocada não é para criminalizar a migração e nem a fronteira, mas sim de reconhecer de que a fronteira é um lugar diferenciado porque as diferenças aqui parecem de forma mais clara. Podemos a partir desse evento, iniciar uma série de debates para que possamos ter as instituições e debates para entender e se relacionar com o migrante”. O estudioso avaliou ainda que o desenvolvimento local obrigatoriamente passa por questões que envolvem a migração. “Corumbá já é uma integração que já ocorre em todos os níveis, mas precisamos amadurecer politicamente. A fronteira politicamente não é madura em Corumbá. Quando ela amadurecer, vamos dar grandes saltos de qualidade, pontuou (COMIGRAR, 2014).

Essas foram algumas ações de políticas migratórias e políticas públicas para migrantes e refugiados.

Por último importante trazer a aprovação da nova Lei de Migração, Lei nº 13.445/2017, que substitui a Lei 6.815/80, conhecida como Estatuto do Estrangeiro. A Lei de Migração se destina a pessoas em situações diversas:

1) imigrante, o não nacional; 2) emigrante, para brasileiros residentes no exterior; 3) residente fronteiriço, para pessoas que residem em áreas de fronteira e realizam migração pendular ao território brasileiro para fins de estudo, trabalho, comércio e atos da vida civil, por exemplo; 4) visitante, para não nacionais com estada de curta duração; e 5) pessoas apátridas (CLARO, 2020, p. 43).

Durante todo esse período histórico representou uma importante mudança de paradigma para a gestão migratória no Brasil, que fortaleceram a autonomia das organizações da sociedade civil e governamentais, que trabalharam em conjunto para atender os desafios do contexto dinâmicos dos fluxos migratórios, para sua qualidade de sua representação frente a essas ações coletivas.

Rede parcerias migração em campo grande e no estado de Mato Grosso do Sul e a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande-MS

O estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com dois países: Bolívia e Paraguai, e cinco estados brasileiros: Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná São Paulo. Brevemente será relatada a trajetória e contribuição para a construção das políticas migratórias no Brasil sob a perspectiva da missão Scalabriniana e Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande em Mato Grosso do Sul.

A missão Scalabriniana atua no mundo das migrações, em Mato Grosso do Sul desde 1974, e vem contribuindo para compreensão dos processos migratórios e sobretudo para a edificação e vivência do carisma.

Em Campo Grande, o carisma Scalabriniano vem sendo vivenciado através da Pastoral dos Migrantes criada desde 1984, que realiza até hoje o acolhimento, acompanhamento dos migrantes, imigrante se refugiados, bem como a construção das políticas públicas para migrantes.

Desde 08 de abril de 2015, a convite da professora Ana Paula Martins Amaral, efetivou-se o acordo de cooperação entre a FADIR / UFMS Campo Grande, e a Pastoral dos Migrantes Arquidiocese de Campo Grande – MS. Foi criado o Grupo de Estudos e Projeto de Pesquisa sobre “Fluxos Migratórios Internacionais no Estado de Mato Grosso do Sul,” para maior conhecimento e análise dos fluxos migratórios, atendimento jurídico, capacitação dos profissionais, agentes, voluntários. Foram

realizadas várias ações em rede parcerias e acolhimento aos migrantes e refugiados, como assessoria jurídico, palestras, encontros, participação nos Congresso internacional dos Direitos Humanos, colóquio sobre feminização das migrações, em outubro de 2018, seminário das migrações, palestras, oficinas e outros.

Durante a realização de diversas atividades e ações resultou o livro: 'Migração, Carisma Scalabriniano e Pastoral dos migrantes no MS', uma combinação entre o livro acadêmico científico e ações da pastoral resgatando sua presença e histórico desde a fundação até os dias de hoje.

Essas ações e participação em rede parcerias migrações que foram realizadas em Campo Grande bem como nos outros municípios, que ajudaram e ajudam na construção de políticas públicas e migratórias no estado de MS.

O fluxo migratório haitiano no Brasil intensificou após 2010, e no ano 2013 começaram a vir os primeiros haitianos para Campo Grande, tendo como ponto de entrada o Estado do Acre e Amazonas. Esse primeiro grupo foi reunido por um médico haitiano Dr. Jean Daniel Zephyr, que mora no Brasil há muitos anos. A rede de migração haitiana é baseada em parentes e amigos que moram no local. Verificou-se que havia muitos haitianos morando no Bairro Rita Vieira, e que trabalhavam na construção civil e em empresas responsáveis pela edificação do Conjunto Residencial Dhamas, do Aquário do Pantanal, dentre outros empreendimentos (AMARAL; ZEPHYR, 2016).

Em 23 de novembro de 2015, a Assembleia Legislativa realizou a audiência pública Direitos Humanos e a Inclusão social para Migrantes e Refugiados, com o objetivo de sensibilizar o poder público sobre a situação dessa população estimada em mais de mil em Mato Grosso do Sul. A proposição foi do deputado João Grandão (PT), em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) e o Ministério Público do Trabalho.³ Essa audiência Pública contava com a participação maciça de haitianos para sensibilizar o poder público sobre os problemas enfrentados, sendo traduzido simultaneamente em Creole (língua falada do Haiti).

Houve a participação de representantes do poder público estadual e municipal, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social e Trabalho - SEDHAST, do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública Estadual e da União, da Universidade Federal de Campo Grande e da Grande Dourados, Dieese, Polícia Federal, OAB e do Serviço Pastoral do Migrante. Desse encontro após um ano finalmente foi criado por meio de Decreto nº 4.558, de 12 de setembro

³ <https://al.ms.gov.br/Noticias/69036/audiencia-publica-debate-inclusao-a-refugiados-e-criacao-de-comite-no-ms#>

de 2016, o Comitê Estadual para os Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado de Mato Grosso do Sul - CERMA-MS.⁴

Na área da educação, a Pastoral dos Migrantes, juntamente com a comunidade haitiana, participou da criação da resolução nº 750 de 2016 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que cria um processo seletivo para preencher as vagas ociosas para refugiados, portadores de visto humanitário (Haitianos) ou reunião familiar. A intenção desse programa é facilitar o acesso destes migrantes à educação superior gratuita, facilitando ao utilizar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM como forma de seleção (DURE, 2016).

A embaixada da República do Haiti no Brasil, através do conselheiro Jackson Bien-Aimé, visitou Campo Grande, em 15 de julho de 2016, quando sugeriu uma ação em Mato Grosso do Sul, feita entre haitianos e embaixada para obter visto. Elisa Cleia Nobre – Sedhast, Secretaria estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, acordou que a secretaria iria receber os documentos dos Haitianos e a mesma encaminhar para a embaixada do Haiti em Brasília. Nesse mesmo ano no mês de agosto o serviço foi levado a Itaquiraí, como também em Três Lagoas, a estimativa era de 1.200 haitianos em Três Lagoas; 200 em Itaquiraí e 150 em Campo Grande.⁵

A Associação Haitiana Brasileira - ASHABRA, de Campo Grande, fomentou em 12 e 13 novembro de 2016, juntamente com a Pastoral dos Migrantes, os voluntários e com o auxílio jurídico da Faculdade de Direito da UFMS, a criação oficial da Associação Haitiano Brasileira - ASHABRA no estado de Mato Grosso do Sul. No Estatuto da ASHABRA dispõe que o objetivo da associação é diverso, tanto na área da cultura com a dança, a música, e a culinária, quanto na área da educação em todos os níveis, inserindo no mercado de trabalho profissionais capacitados com cursos profissionalizantes, dentre outros. A segunda visita da embaixada do Haiti ocorreu em 09 de março de 2018; e em 2020 a terceira visita.

Com o crescente fluxos migratórios em Campo Grande e no estado, muitos grupos voluntários, entidades não governamentais e governamentais, foram propondo diálogos, ações, parcerias para encontrar respostas urgentes e articulando a defesa e a efetivação dos direitos dos migrantes e refugiados. Essas e outras parcerias surgiram como o grupo de voluntários “Partiu ajudar” em 14 abril de 2017, que é um apoio fundamental para casos emergências e humanitária assim foram crescendo o acolhimento e apoio.

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/09/ms-cria-comite-de-orientacao-e-acoes-de-defesa-refugiados-e-migrantes.html>. Acesso em: 22 out. 2019.

⁵ <https://www.campograndenews.com.br/cidades/acao-em-ms-sera-elo-entre-haitianos-e-embaixada-para-obter-visto>

Outra parceria realizada com a Pastoral do Migrante foi desenvolvida com a ONG - Fraternidade Sem Fronteiras, por meio do presidente Wagner Moura e toda a equipe, a partir do dia 01 março 2018, foi acordada a parceria para realização de ações de solidariedade, e acolhida aos migrantes e refugiados especialmente os venezuelanos.

A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, através do programa UEMS ACOLHE, Prof. João Fábio e a equipe, realizou parceria com a Pastoral dos Migrantes a partir de janeiro de 2018, cujo objetivo é a articulação com as comunidades de migrantes e refugiados. Em 21 junho 2018, a UEMS realizou o II Encontro nacional de português língua de acolhimento – UEMS. A formatura dos alunos imigrantes e refugiados é uma das ações especiais e emocionantes representando a realização de sonhos e a oportunidade de integração na sociedade e mundo do trabalho.

A parceria com a UCDB foi realizada por meio da visita da prof. Luciana Pinho e as alunas da UCDB, em 05 dezembro 2015, onde foi acordada a parceria para capacitação de agentes, voluntários, profissionais, alunos e professores.

A partir dessa parceria foi realizado o seminário das migrações, no dia 17 junho 2016, estavam as autoridades presentes: Dom Mariano, Padre Agenor, deputado Pedro Kemp, deputado João Grandão, prof. Luciane Pinho, os representantes dos consulados da França, Espanha, Paraguai e Itália. Os palestrantes Dra. Carmem Lussi, Padre Marco Antônio, Alice, Flaviany, Rosângela, Francisca, Andressa, Krisley, Marisa Zephyr, Jean Daniel Zephyr e professor César Silva. Houve participação das entidades governamentais e não governamentais, os voluntários, agentes pastorais, religiosos, diversas igrejas, universidades, acadêmicos, onde realizou debates e reflexões sobre a realidade migratória no Mato Grosso do Sul, com seus desafios e perspectivas. A continuidade dessa parceria e intercâmbio das experiências participamos e do III Congresso saberes em ação - UCDB, em 2016.

A Liga acadêmica de Direito Internacional dos Refugiados LADIR/UFMS também se liga à rede de parceria e possui importância para as ações em Mato Grosso do Sul. A LADIR/UFMS se fundamenta em valores éticos, na integração social e na defesa dos Direitos Humanos. É um projeto de ensino da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que busca investigar problemas relacionados à temática dos refugiados, bem como promover ações destinadas a essas populações. A Liga visa atender qualquer estrangeiro, residente ou em deslocamento pelo território nacional, que se encontre em situação de vulnerabilidade ou sofrimento, conforme os parâmetros definidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o qual compreende em seu

âmbito de proteção os refugiados, os solicitantes de refúgio, os apátridas, acrescidos dos imigrantes vulneráveis.⁶

Importante destacar a importância dos migrantes serem protagonistas da sua história e conquistas, assim a comunidade senegalesa, criou a Associação Senegalesa de Mato Grosso do Sul, em 17 maio 2020, visando promover a cultura sua, por meio do desenvolvimento de projetos sociais e educacionais de fomento da arte, cultura, culinária, festividade, religiosidade, músicas, afrohair e linguagens, dentre outro aspecto étnicos e nacionais oriundos do país Senegal.

Com o aumento dos fluxos migratórios venezuelanos e suas demandas, no ano de 2021, foi criada a Associação Venezuelana de Campo Grande – AVCG - Campo Grande, que recebeu a visita da embaixadora da Venezuela Maria Tereza Blandria, para dar apoio, incentivo as ações, encaminhamentos de documentações para regularização, articulação e orientações para a comunidade venezuelana.

O Serviço Pastoral dos Migrantes, durante os anos 2018 e 2019, no atendimento e acolhimento, muitas vezes encontrou os migrantes e refugiados em situações de vulnerabilidades, desnutridos, doentes, crianças necessitando de apoio psicológico, cuidados com a saúde, alimentação, acolhimento e abrigamento. As casas de acolhidas e os abrigos na cidade estavam superlotadas e a sociedade civil organizada, as igrejas já não tinham mais recursos e como acolher imigrantes que chegavam diariamente. Como os locais existentes já estavam sobrecarregados percebeu-se que a demanda iria aumentar, e fez-se necessário o início de ações de articulações e iniciativas para amenizar os sofrimentos dessas pessoas.

A Pastoral dos Migrantes convocou uma reunião de urgência com as entidades que atuam no atendimento e acolhimento dos migrantes e refugiados para tratar desses assuntos, para otimizar e fortalecer as iniciativas existentes, encaminhar possíveis casos de emergência e acolher sugestões e as propostas que cada uma das entidades convidadas pudessem oferecer, e juntos buscassem soluções a essas situações da migração na capital e no estado MS.

No dia 19 de dezembro 2019, na Arquidiocese de Campo Grande, foi realizada a primeira reunião com as entidades que trabalham no acolhimento dos migrantes e refugiados. Foi contextualizada a realidade migratória em Campo Grande e no estado de Mato Grosso do Sul, e foram apresentadas as demandas mais urgentes, e propostas para realizar ações e atuar como rede de parcerias migração Campo Grande-MS.

Dentre as propostas resultantes da reunião, que consta no relatório anual da pastoral dos migrantes 2019/2020, Arquidiocese de Campo Grande, MS destacam-se⁷:

⁶ <https://www.facebook.com/ladirufms.oficial>

⁷ Relatório Anual Pastoral do Migrante 2019/2020, Arquidiocese de Campo Grande, MS.

- 1- Criação de um grupo WhatsApp para fortalecer e articular com as entidades que atuam com a migração, junto com os imigrantes, contribuindo e otimizando as iniciativas para o atendimento aos imigrantes, migrantes de quaisquer nacionalidades, seja como instituição, individual ou voluntário. Aberto a outros membros e entidades;
- 2- Elaborar as propostas e encaminhar aos setores responsáveis em cada política pública: sobre saúde, moradia, trabalho, educação, etc. seja para a União, Estado e município, ver a disponibilidade de cada um dos voluntários, entidades para otimizar o atendimento e concretizar as propostas através de sugestões, encaminhamentos, orientações e outros;
- 3 - Ver locais para acolhimento dos imigrantes provisório: seja para migração organizada (Operação acolhida) ou migração espontaneamente como grupos pequenos de famílias;
- 4 - Local para receber e guardar as doações: por exemplo em galpões, casas, salão e outros para receber móveis, alimentos, roupas, calçados, etc. Se possível gratuito ou como doação quem quiser colaborar. Haverá uma gestão para distribuir para quem precisar, conforme a ficha cadastral. a. Além da Seleta e do MS Acolhe: que já tem uma proposta de utilizar o local para receber doações não perecíveis. Por isso há necessidade de mais locais por bairros e regiões. b. As empresas podem utilizar como função social, ajudando pagar o aluguel por exemplo;
- 5 - Otimizar os locais de atendimentos: especialmente dos grupos pequenos de famílias migrantes, que vem por conta própria. São mais vulneráveis, muitas vezes vem com crianças, estão doentes. a. Capacitação da rede de acolhimento: com orientação básica para os recém-chegados;
- 6 - Realizar encontros, reuniões com as empresas: principalmente aquelas que oferecem e fazem a contratação dos imigrantes para o trabalho. a. Grupos com emprego: necessidade de reunir as empresas que empregam para ver como podem contribuir na parte social (aluguel de casa, assistência de saúde, creche);
- 7 - Conselho Tutelar: como atender e orientar essas famílias de imigrantes com crianças, vulneráveis que estão sob estresse que muitas vezes acabam agredindo as crianças ou ficam nas ruas pedindo esmolas;
- 8 - Dar assessoria e visitar os municípios do interior do estado MS: que pedem apoio ou socorro nas questões da migração, documentos, integração, aprender o idioma - língua portuguesa;
- 9 - Dar maior atenção na dificuldade de atendimento aos imigrantes como: barreira linguística na parte da saúde, documentação, assistência.
- 10 - Acompanhamento aos imigrantes nos aspectos:
 - a) Acolhimento: Otimização e sistematização do acolhimento, ter uma metodologia de acolhimento mais humano, acompanhamento oferecendo oportunidades para que os imigrantes sejam protagonistas.
 - b) Atendimentos: as famílias imigrantes vítimas de violência doméstica, em especial para mulher, criança, adolescente e idoso.
 - c) Moradia: aluguel, fiador, caução.
 - d) Alimentos: cesta básica, hortas comunitárias, processamento dos alimentos e outros.

- e) Móveis: doações e aquisição.
- f) Documentações: encaminhamentos e orientações para os órgãos específicos.
- g) Acompanhamento da saúde: seja no hospital, posto de saúde e outros.
- h) Trabalho: mercado de trabalho, FUNTRAB, empresas, divulgação de empregos e outros.
- i) Educação: escolas para crianças, idioma língua portuguesa, voluntários e equipes para dar aulas, bolsas para remunerar os voluntários. Passe de ônibus para os alunos irem para as aulas. Curso: com preparação para quem recebe os migrantes em várias línguas: espanhol, francês, etc. SEMED: capacitar os professores que recebem as crianças migrantes. SED: também para capitalizar o trabalho com os professores. Validação de diplomas: núcleo de ensino de línguas par afazer a tradução da documentação (inglês, espanhol) a custo zero, para facilitar a entrada na universidade.
- j) Na área da Saúde: SUS, vacinas, grávidas, doenças, Câncer, HIV, desnutrição, doenças de peles, atendimento psicológico e outros.
- k) Cultura: música, gastronomia, espiritualidade – ecumênica, profissional e outros.

11 - Cuidar do Cuidador: compartilhar os desafios, as experiências, momentos de espiritualidade, fortalecimento dos agentes voluntários, imigrantes, oficinas, formação, capacitação.

12 - Cadastro de parceiros: das entidades que atuam com a migração e acolhimento dos imigrantes.

13 - Cadastro de imigrantes: refugiados, migrantes para melhor atendimento e acolhimento. Criar um banco de dados, criar plataforma: triagem, entrevista, trânsito, acolhimento, encaminhamento.

14 - Fortalecer as parcerias: com as universidades UCDB, UEMS, UFMS, IDHJN, grupos, projeto de pesquisas, extensão e intercâmbio junto parceria com a pastoral dos migrantes e congregar as pessoas que trabalham nessa área da migração.

Dentre as questões que surgiram na reunião destacam-se:

- Incentivar a construção da política migratória e políticas públicas para Migrantes e refugiados, para facilitar o acolhimento, atendimento, acompanhamento e acesso dos imigrantes aos serviços públicos, para melhor integração, orientações e amenizar o sofrimento.
- Dar maior atenção as leis incentivando a contratar migrantes e refugiados. Revalidação de Diplomas,
- Empreendedorismo como rede de restaurante dos migrantes (africanos, sírios, bolivianos, haitianos), oportunizar curso de língua portuguesa (ex. profissionais da Santa Casa de Campo Grande, MS).
- Acompanhar a Rota Bio-Oceânica: no município de Porto Murtinho, devido o aumento dos fluxos migratórios.
- Família venezuelana indígena: quando chegar deve entrar em contato imediatamente com a DPU. Especialmente os Waraos.

- Trabalhar com a imprensa tem o papel de divulgar os problemas que estão acontecendo, para que mais pessoas possam ajudar, facilitando o trabalho da equipe.

É importante ter as informações mais concisas. Como também ser instrumento de sensibilização e conscientização da realidade migratória e cobrança dos órgãos públicos.

Nessa primeira reunião foram essas as primeiras entidades que fizeram parte da rede parceiras migração.

- Serviço Pastoral dos Migrantes – Arquidiocese Campo Grande – MS
- MS Acolhe – Fraternidade Sem Fronteiras.
- Associação Haitiana Brasileira – ASHABRA
- UEMS Acolhe - Universidade Estadual Mato Grosso do Sul – UEMS
- Universidade Católica Dom Bosco – UCDB
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS
- Instituto Direitos Humanos José Nascimento– IDHJN
- Capelão do Hospital Universitário – Pastor Irwgin Ferreira
- Sub-secretaria adjunta da mulher, prefeitura – SEMU
- Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB.
- Defensoria Pública do Estado – DPE, NUDEH.
- Defensoria Pública da União – DPU
- Centro de Acolhida ao Migrante – CEDAMI
- Cruz Vermelha brasileira – Campo Grande – MS
- Imprensa: Marcos – São Judas Tadeu, Tainã Campo Grande News, Fábio, Correio do Estado.

No primeiro ano da pandemia 2020, foi fortalecido como rede parcerias migração de campo Grande, se estendendo com o apoio as famílias e assessorias as redes locais de outros municípios. Contando também assessoria e abrangência em outros municípios, através de parceiros como UEMS, Cruz vermelha, Irmãos São José, Conferência do Religiosos do Brasil - CRB Foram atendidas 1.380 famílias durante a pandemia. Foram realizados atendimento virtual, acompanhamento e encaminhamentos de documentações, assistências emergências a alguns migrantes, refugiados e suas famílias foram: 918, homens 529, mulheres 351 e 38 crianças. Nacionalidades: Haitianos – 417, venezuelanos - 436, senegaleses – 22, cubanos – 19,

bolivianos - 122, chilenos - 06 colombianos - 04 e argentinos - 02. Nesse segundo ano da pandemia o atendimento as famílias até o momento foram 814 famílias.⁸

Ações das redes locais em outros municípios

Serão relatadas brevemente algumas ações que foram realizadas em alguns municípios, na perspectiva de uma construção da rede de parcerias e migração local e futuramente estadual.

Em Corumbá foi realizada, em 09 de junho de 2016, a audiência pública para discutir a necessidade e a viabilidade de criação do Comitê Municipal de Atenção ao Imigrante, ao Refugiado e ao Apátrida no município. “O debate foi promovido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPE-MS), através da 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, em parceria com o Campus do Pantanal (CPAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A prefeitura de Corumbá, em 22 agosto de 2016, instituiu o Comitê Municipal de atenção aos imigrantes, refugiados e apátridas no município de Corumbá – COMAIRA, por meio do Decreto N. 1.706, de 22 agosto 2016”.⁹

Outra importante ação realizada foi a audiência pública migração Haitiana em Corumbá-MS, no dia 03 agosto de 2018.

Em Três Lagoas, os direitos de imigrantes e refugiados foram discutidos na Câmara Municipal, cujo evento foi promovido pelo vereador Idevaldo Claudino, no dia 14 dezembro de 2015. “A Reunião pública, abordou questões humanitárias e inclusão social para os refugiados haitianos no município. No plenário Legislativo, realizou-se uma reunião Pública para discussão e propostas de solução das questões de direitos humanos, racismo e inclusão social de imigrantes e refugiados. Estavam presentes, o coordenador geral de Processos Formativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, Marcel Franco Araújo Farah, representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Trabalho, Cláudia Domingues; diretora da Secretaria Municipal de Assistência Social, professora Mara Eulália Carrara da Silva; presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro, Romilda Neto Pizane; presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Negro, Luzia Nunes Mariano; coordenadora da Pastoral do Migrante, Arquidiocese de Campo Grande, Irmã Rosane Costa Rosa, professora Ana Paula Amaral, esta última, que proferiu palestra abordando a história do Haiti, questões de Direito

⁸ Arquivos de relatórios do Serviço Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese de Campo Grande, MS, anos 2018, 2019, 2020 e 2021.

⁹ DECRETO 17062016 - Diário Oficial de Corumbá <http://do.corumba.ms.gov.br> <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=85689>.

Internacional, Política de Imigração Brasileira, Fluxos Migratórios Internacionais e, especificamente, dos haitianos no Mato Grosso do Sul”.¹⁰

Dessa reunião pública resultou a criação da Associação para o avanço dos migrantes haitianos – ALMATH, Três Lagoas, em 27 de janeiro 2019.

Em Dourados, existe desde 2014 uma iniciativa de extensão da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) coordenado pelo professor Hermes Moreira Júnior, em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello – convênio entre a UFGD e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e foi institucionalizada como projeto de extensão da Universidade em 2018, via edital da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEX). Elaborado e executado por professores e estudantes da Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o projeto Atendimento Jurídico e Integração de Migrantes e Refugiados em Dourados vem auxiliando famílias migrantes e refugiadas a se reestruturarem e construir suas trajetórias de vida em uma nova cidade.

Os haitianos passaram a migrar para o estado a partir de 2015, atraídos, principalmente, pelas vagas disponíveis em canteiros de obras, em indústria pesada e em serviços diversos. A região Sul do estado destaca-se pela contratação por frigoríficos locais e estima-se que atualmente mais de 500 migrantes e refugiados do Haiti ainda residam em Dourados. “Entre abril de 2018 e março de 2020, segundo o Informe Interiorização, publicado pelo Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes, Dourados recebeu 1.968 refugiados venezuelanos por meio da Operação Acolhida, programa coordenado pelo governo federal, com o apoio do ACNUR, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), de estados, de municípios e da sociedade civil”.¹¹

O serviço Pastoral dos Migrantes em parceria com a Caritas Diocesana de Dourados desde 2017, realiza assessoria, acompanhamento e capacitação de equipes de agentes e voluntários da pastoral. Com essa parceria foi realizada em 28 abril de 2018, o primeiro ‘Seminário Olhar sobre a migração’, que abordou questões sobre a realidade migratória de Dourados com seus desafios, dificuldades e propostas e perspectivas em realizar ações em prol aos migrantes e refugiados.

Ainda em Dourados, a Associação Municipal dos Haitianos em Dourados-AMHD foi criada em 29 fevereiro em 2018. Seus trabalhos vêm facilitando o processo de integração dos migrantes na cidade. Em 2019, foi criada a Associação

¹⁰ <https://cmtls.ms.gov.br/ver.php?id=6308>

¹¹ <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/projeto-da-ufgd-auxilia-familias-de-refugiados-a-matricularem-seus-filhos-em-escolas-publicas-de-dourados>

Multicultural Venezuelana em Dourados e região – DUNAMIS, cujo significado representa poder e força, em grego. Essa associação iniciou os trabalhos com cinco venezuelanos e um cubano

Para o fortalecimento da rede e capacitação, a nível de Mato Grosso do sul, em 22 outubro 2019 a Escola do Ministério Público da União (MPU), desenvolveu o projeto Atuação em rede: onde proporcionou a capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil¹², com o objetivo de fomentar a discussão em torno da necessidade de se estabelecer políticas locais de acolhimento, abrigamento e integração para refugiados e migrantes e capacitar os atores envolvidos no acolhimento, a Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes.

Potencialidades da ampliação e fortalecimento das redes de parcerias migração

Com o aprendizado e trocas de experiências dessa trajetória cada vez mais crescente entre as entidades que atuam no acolhimento e acompanhamento dos migrantes e refugiados, percebe-se a necessidade e a potencialidade expansão da atuação em rede sob uma ótica multidisciplinar, multicultural, oportunizando espaços e efetivar a integração dos migrantes e refugiados.

Todos os anos a Pastoral dos Migrantes Nacional celebra a semana do migrante. Em 2021 o tema foi “migração e diálogo”, tendo como lema: quem bate à nossa porta? Diante deste tema, foi realizado o primeiro Encontro Estadual da Rede Parceria e Migração, de 14 a 18 junho 2021, que teve como objetivo conhecer a realidade migratória no estado Mato Grosso do Sul. O encontro foi momento de diálogo, reflexões, debates, apresentação de boas práticas entre as instituições que estão realizando ações com migrantes e refugiados.

O primeiro Encontro Estadual Rede Parceria e Migração, realizado durante a Semana do Migrante, foi organizado com temáticas específicas a cada dia:

- “- Primeiro dia – Diálogo com a História: – Quem foi antes de nós, protagonistas hoje. - Ousadia da esperança – futuro construído por nós hoje;
- Segundo dia – Diálogo com as diversidades, culturais, religiões e espiritualidades, nacionalidades, profissionalismo;
- Terceiro dia – Diálogo com os sonhos, e a família (principalmente das mulheres, crianças) que buscam a migração. Migração como um direito. Educação, Saúde, Trabalho, Moradia e Acolhimento;

¹² <https://escola.mpu.mp.br>

- Quarto dia - Diálogo com os direitos, a cidadania, deveres, com as entidades e pessoas que oportunizam, lutam, protegem, reivindicam, promovem e acolhem;

- Quinto dia – Diálogo dos encontros como oportunidade de vivenciarmos a presença de Deus no outro, no irmão. O que nos permite olhar para o que nos une, e nos mostra que as ações com os migrantes e refugiados, são um exercício de fé, esperança e caridade, e nos fortalecem como rede de parcerias”.

O encontro estadual foi o espaço para conhecimento, partilhas de experiências, diálogo, propostas, sugestões, para fortalecimento da rede de parcerias voltadas para o acolhimento, acompanhamento, integração, proteção e principalmente efetivar as políticas públicas. Nesse encontro foi oportunizado espaço de fala para os migrantes e tornar visível aqueles que estão invisíveis.

Ações de boas práticas, mostram a possibilidade de construção de políticas públicas para migrantes e refugiados, no estado de Mato Grosso do Sul, através de um Plano Estadual de Políticas públicas para migrantes e refugiados.

Através das redes locais podem se desenvolver um trabalho articulado, e avançar na efetivação de propostas, como a criação da Rede estadual de parcerias migração, inicialmente composta por nove municípios, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três lagoas, Nova Andradina, Coxim, Naviraí, Jardim, Ponta Porã.

Que esse movimento de criação e fortalecimento das redes, possam somar forças para transformar em oportunidades os desafios que mundo das migrações nos apresentam.

A mobilidade humana traz a possibilidade de abrir portas, construir pontes, e provocar encontros e diálogos, como também pode fechar as fronteiras e construir muros. A rede possui a força da partilha solidária e da vivência. A pandemia nos ensina cuidar um do outro, cada um é responsável pelo outro, pelo coletivo e comunidade e pela humanidade.

A realidade da mobilidade humana nos faz abrir os olhos para ver o novo caminho na direção evangélica orientada para a reciprocidade, o amor e a multiculturalidade, como diz esta frase: *“um dos mais belos dons recebidos de Deus é a capacidade de amar”*.

Considerações finais

Ainda que não seja caracterizado como o destino principal dos migrantes que chegam ao Brasil, o Estado de Mato Grosso do Sul recebe um fluxo constante de

imigrantes internacionais e possui uma grande evidência na mobilidade humana internacional, principalmente pela sua posição geográfica fronteiriça.

Com o esforço de fortalecer a mobilização em rede e as experiências de trabalho articulado, busca-se a cooperação mútua entre as entidades, que favorece a capacitação de agentes, profissionais, voluntários, migrantes e refugiados.

Mesmo com diferentes formas de gestão, atuação e especificidade, as ações podem ser realizadas em cooperação com as demais entidades, concretizando a defesa dos direitos humanos, qual se constitui um novo paradigma, a migração focando o olhar, especialmente na subjetividade dos processos migratórios.

A rede de parcerias na migração recolhe as demandas, resultados dos fluxos migratórios, e proporcionam a acolhida, o acompanhamento, a proteção e a integração, em relação a sociedade civil, igrejas, órgãos públicos, e as entidades afins que atuam com as migrantes e refugiados.

Através das redes locais podem se desenvolver um trabalho articulado, e avançar na efetivação de propostas, como a criação da rede estadual de parcerias migração, inicialmente composta por nove municípios: Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas, Nova Andradina, Coxim, Naviraí, Jardim, Ponta Porã.

Espera-se que esse movimento de criação e fortalecimento das redes possam somar forças para transformar em oportunidades os desafios que o mundo das migrações nos apresentam.

A mobilidade humana traz a possibilidade de abrir portas, construir pontes, e provocar encontros e diálogos. A rede possui a força da partilha solidária e da vivência. A pandemia nos ensinou cuidar um do outro, cada um é responsável pelo outro, pelo coletivo e comunidade e pela humanidade.

A realidade da mobilidade humana nos faz abrir os olhos para ver o novo caminho na direção evangélica orientada para a reciprocidade, o amor e a multiculturalidade.

Referências

AMARAL, A. P. M.; FLORES, A.; CALVES, J. P. O direito humano de migrar e a nova política migratória brasileira. In: URQUIZA, A. H. A. (Org.). **Fronteiras étnicos-culturais** - tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul. 1ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018. p. 111-144.

AMARAL, A. P. M.; CARVALHO, L. C.; GUTIERREZ, J. P. Direitos Humanos no Brasil e o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos. In: FELIX, Y. S.; URQUIZA, A. H. A.; SILVA, D. B. (Org.). **Educação em direitos humanos: perspectivas contemporâneas**. 1ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2020. p. 113-162.

AMARAL, A. P. M.; COSTA, L. R.; GARCEZ, T. R. S. O sistema global de proteção dos direitos humanos sobre migrantes e seus marcos legais frente à nova Lei de Migração. In: RAMOS, A. C. et al. (Org.). **Nova Lei de Migração: os três primeiros anos**. 1ed. Campinas: NEPO UNICAMP - Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020. p. 181-202.

AMARAL, A. P. M.; ZEPHYR, M. F. N. Análise do fluxo migratório de haitianos em Campo Grande - MS. In: URQUIZA, A. H. A. (Org.). **Fronteiras dos Direitos Humanos: Direitos Humanos nas Fronteiras**. 1ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016. p. 141-165.

AMARAL, A. P. M.; ROSA, R. C.; COSTA, L. R.; ZEPHYR, M. F. N.; SOUZA, J. E. M. **Migração, Carisma Scalabriniano e Pastoral dos Migrantes no Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande/MS: ed. Life, 2020.

ARQUIVO relatórios do Serviço Pastoral dos Migrantes, dos anos 2018, 2019, 2020, 2021. Arquidiocese de Campo Grande, MS.

BRASIL. **Estatuto do Estrangeiro**. Lei nº6815/80. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis. Acesso em: 09 jun. 2021.

BRASIL. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS - CSEM. **Profecia, Itinerância, caminho**: Província Maria Mãe dos Migrantes - 15 anos a serviço dos Migrantes. Brasília: CSEM, 2006.

Constituições das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, pg.12, artigo, n.3

CLARO, C. A. B. Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 26, p. 41-53, 2020.

COMIGRAR. **Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio**, 2015. Disponível em <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes1/conferencia-nacional-sobre-migracoes-e-refugio>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

COMIGRAR. **Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio**. Reunião preparatória de Corumbá-MS, 2014. Disponível em <https://www.corumba.ms.gov.br/2014/03/corumba-pauta-migracao-em-conferencia-preparatoria-para-etapa-nacional>.

CORRÊA, A. S. *et al.* Fluxos migratórios no Estado de Mato Grosso do Sul (1970-2010). **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 2, p. 325-341, abr./jun. 2018.

CORREIO DO ESTADO. Mato Grosso do Sul já recebeu 71,7 mil imigrantes neste ano. 2018. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/mato-grosso-do-sul-ja-recebeu-717-mil-imigrantes-neste-ano/336022>. Acesso em: 10 nov. 2019.

COSTA, L. R. **Os direitos humanos na política migratória brasileira (1808-2017)**. Campo Grande, MS Life: Editora, 2020.

DURE, E. S. **Resolução nº 750/2016**. 2016. Disponível em: <https://diorc.ufms.br/resolucao-no-7502016/>. Acesso em: 24 out. 2019.

IMPRESA SCALABRINIANA – SP, newsletter, Missionárias Scalabrinianas Província Maria, Mães dos migrantes América do Sul e África. <http://www.missionariascalabrinianas.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Panorama de Mato Grosso do Sul. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. Acesso em: 10 nov. 2019.

IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO - SCALABRINIANAS. **O rosto feminino do carisma Scalabriniano**. São Paulo: Loyola, 1995.

OIM. <https://nacoesunidas.org/agencia/oim> - Organização internacional das migrações-OIM, dados referentes a interiorização dos venezuelanos. Subcomitê Federal de interiorização (deslocamentos assistidos de venezuelanos Brasil agosto de 2019. Operação acolhida.

PEREIRA, C. R.; AMARAL, A. P. M. Migração e tráfico de pessoas na fronteira: uma abordagem à luz dos direitos humanos. In: URQUIZA, A. H. A. (Org.). **Fronteiras étnico-culturais - tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018. p. 145-182.

PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES. Erga Migrantes Caritas Christi (EMCC). 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_erga-migrantes-caritas-christi_po.html. Acesso em: 11 nov. 2019.

ROSA, R. C. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 55, p. 199-206, abr. 2019.

SPRANDEL, M. A. Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, n. 45, p. 145-168, 2015.

SUPERIORA geral da congregação das irmãs missionárias Scalabrinianas, Roma, Itália. www.sacalabriniane.org